

Segunda-Feira, 26 de Outubro de 2026

Congresso será o grande teste ambiental do quarto mandato de Lula

Governo enfrentará resistência parlamentar na agenda ambiental, com PL como maior bancada no Congresso

Lula conquistou sua reeleição ao vencer Flávio Bolsonaro com 51,79% contra 48,21% dos votos válidos, assegurando assim seu quarto mandato presidencial. Essa virada em relação ao líder do primeiro turno representa um episódio inédito desde a implementação do sistema de eleições presidenciais em dois turnos, iniciado em 1989. No entanto, no Congresso Nacional, a configuração política apresenta desafios significativos: o PL disporá das maiores representações, com 121 deputados federais e 28 senadores, o que exigirá negociações complexas para a aprovação da agenda ambiental do novo governo.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) apoiou a candidatura de Flávio desde outubro e reafirmou seu posicionamento politicamente. Conforme informações da entidade, cerca de 200 de seus membros foram eleitos ou reeleitos para o Congresso. O comando da frente, representado por Pedro Lupion, direcionou críticas ao endividamento dos produtores rurais, às elevadas taxas de juros e ao acesso custoso ao crédito agrícola. Ressalta-se que o apoio institucional da diretoria não determina obrigatoriamente o voto individual de cada parlamentar.

As tensões sobre o processo de licenciamento ambiental ilustraram a magnitude da oposição parlamentar às prioridades ambientais. Em novembro de 2025, a Casa Legislativa derrubou 52 dos 63 vetos presidenciais sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Dos 28 itens submetidos a votação em destaque, a rejeição aos vetos prevaleceu por 295 a 167 na Câmara dos Deputados e 52 a 15 no Senado Federal. A FPA defendeu a simplificação das normas regulatórias; por sua vez, Randolfe Rodrigues, líder do governo na Casa, evidenciou possíveis violações constitucionais, inclusive em pontos relacionados à preservação da Mata Atlântica.



Sustentabilidade: o que Flávio Bolsonaro e Lula propõem

Existem, porém, objetivos convergentes entre o governo e o agronegócio. As proporções de 30% de etanol adicionado à gasolina e 15% de biodiesel integrado ao diesel, vigentes desde 2025, ampliam significativamente a procura por insumos agrícolas. O desenvolvimento da indústria de biocombustíveis tem potencial para dinamizar investimentos na agricultura e diminuir a intensidade de carbono nas emissões, embora não resolva completamente os obstáculos de financiamento enfrentados pelo segmento.

O presidente eleito possuirá conquistas ambientais a preservar. De acordo com dados do Prodes/Inpe, a região amazônica registrou 3.335 quilômetros quadrados de área desmatada durante 2026, representando uma queda de 41,8% e correspondendo ao menor índice da série histórica iniciada em 1988. Na região do Cerrado, o Prodes identificou 5.516,69 quilômetros quadrados de desmatamento, marcando uma redução de 23,8% e o menor patamar desde 2001. Apesar desses avanços, queimadas descontroladas e degradação das florestas continuam constituindo desafios prementes.



Lei do Combustível do Futuro abre caminho para investimentos, diz Silveira

Subsequentemente à realização da COP30 em Belém, o Brasil buscará manter sua liderança no cenário diplomático internacional através do cumprimento de sua meta nacional relacionada ao Acordo de Paris: alcançar redução de emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035, comparado ao ano de 2005, sendo o patamar superior contingenciado à cooperação internacional.

Comprovar ausência de práticas de desmatamento - requisito obrigatório da legislação antidesmatamento europeia, que entrará em vigência para grandes operadores comerciais em 30 de dezembro e abrange soja, café, carne bovina e produtos madeireiros, entre outros - demanda também disponibilidade de informações sobre a posse de terras e condições ambientais, contemplando inclusive os fornecedores de segundo nível.



Lula volta a defender ampliação de investimentos em biocombustíveis

A bioeconomia enfrenta a complexidade de gerar oportunidades econômicas na região amazônica mantendo a integridade da cobertura florestal. Quanto aos minerais estratégicos, a Lei 15.506/2026 introduziu estímulos ao processamento industrial, contudo o beneficiamento de elementos de terras raras permanece confrontado com limitações tecnológicas. No contexto de mercados de carbono, o Ministério da Fazenda recomendou iniciar progressivamente em 2027 a comunicação de emissões pelos segmentos de manufatura pesada, exploração petrolífera e gasífera, além do setor aeronáutico.

A mitigação dos impactos das mudanças climáticas representará mais um obstáculo considerável. Ainda que o combate preventivo a desastres ambientais envolva diretamente governos estaduais e municipais, incumbe ao governo federal coordenar as estratégias ambientais em escala nacional e disponibilizar recursos financeiros para proteção contra fenômenos como inundações, períodos de estiagem prolongada e períodos de calor extremo. O desafio real consistirá em potencializar os investimentos de cunho preventivo nas áreas geograficamente mais frágeis e garantir que as alocações orçamentárias resultem em implementação concreta.

Durante seu quarto mandato, Lula terá a responsabilidade de intensificar os investimentos de caráter preventivo, particularmente nas localidades mais suscetíveis a impactos ambientais, e assegurar que as transferências de recursos federais se convertam em construção de infraestrutura e implementação de estratégias concretas de salvaguarda populacional. Nos próximos anos, a questão fundamental será garantir o

desempenho eficiente desses investimentos e expandir os aportes financeiros nos territórios de maior vulnerabilidade.

Considerando o precedente contencioso sobre licenciamento ambiental e o espaço de consenso em relação aos biocombustíveis, o governo recém-empossado demonstrará se as realizações no campo ambiental conseguem ser transformadas em respaldo legislativo e em agendas ambientais de caráter permanente.